



POR QUE NÃO RESTAURAR A ORDEM CISTERCIENSE EM SANTA MARIA DE BOURO?

Por PAULO FERRO

O Estado tem comprado alguns antigos conventos, duma maneira geral, a desfazerem-se em ruínas. As compras têm-se realizado com o objectivo de o Estado restaurar aquilo que os particulares não conseguem por causa das somas avultadas necessárias para as obras. Mas o Estado compra o que vendeu ao desbarato no passado e surge-lhe logo um grande problema: que fazer do prédio adquirido e restaurá-lo para servir de quê?

Ainda não há muito tempo, realizou-se em Tomar uma reunião cujo objectivo era a revisão do "Programa Nacional de Turismo"; aí foi apontada a transformação dos mosteiros de Tibães e de Santa Maria de Bouro — ambos do distrito de Braga — em estabelecimentos turísticos, o que viria a aumentar a capacidade da região em número e qualidade de camas. Sabemos e dizemo-lo, em mais dum lugar desta nossa edição de hoje, que a Câmara de Amares enviou ontem a Lisboa um dos seus vereadores — o dr. Agostinho Domingues — para tratar junto da IPPC e do Ministério da Educação assuntos de interesse conceitual. Nestes assuntos, parece que está a demora ou abandono das obras de restauro do mosteiro de Santa Maria de Bouro, em determinada altura, entregue pela Câmara ao Estado. Como os nossos leitores sabem, este antigo mosteiro pertenceu à Ordem dos Cistercienses desde os primeiros anos da fundação da nossa nacionalidade e a ela pertenceu até 1834, ocasião da extinção das Ordens religiosas em Portugal.

O Santuário de Nossa Senhora da Abadia foi fundado pelos monges desta Ordem, cresceu orientado por eles e por eles foi governado até 1834; convém dizer que, depois da extinção, durante vários anos ainda, foi um antigo monge egresso do mosteiro de Bouro que tomou conta da vida e direcção do santuário.

Imaginando nós, agora, que o IPPC vai restaurar o grandioso convento, ligado durante muitos séculos à História de Portugal, que é que depois de restaurado se vai fazer dele? Não se sabe e cada um vai imaginando: uns desejavam uma pousada; outros uma escola agrícola secundária dentro do novo espírito do ensino técnico-profissional; outros uma simples escola de ensino preparatório. Sei lá bem quantas oportunidades para ajudar aquelas paredes destelhadas a salvarem-se da ruína!

De início, parece-nos que o transformar o convento numa pousada é a ideia mais peregrina de todas: a sua adaptação a tal fim é caríssima e em total desacordo com a sua longa e gloriosa história — a história duma casa de ensino, de preparação para a vida monástica, de meditação, de estudo, de realização e projecção cultural. Transformar o velhíssimo convento numa escola — a adaptação do edifício para este fim é muito mais fácil e económica — parece-nos uma ideia aceitável e a corresponder às necessidades da situação actual.

Outras pessoas têm também pensado noutra ideia: por que não restaurar aqui a Ordem cisterciense, ligada durante tantas centenas de anos aos pontos mais altos da vida espiritual, cultural, social e económica da vida de Portugal? O IPPC restaura o edifício e entrega-o à Ordem cisterciense que, apesar da sua grande glória passada, nunca voltou a ser restaurada em Portugal continental depois de 1834. Digo Portugal continental porque, em 1958, um grupo de cistercienses ido do multissecular e Real Mosteiro de Santo Isidro de Duenas, Palencia, Espanha, fundou um mosteiro em Angola, numa propriedade cedida pelo bispo de Nova Lisboa, no concelho da Bela Vista. Prosperou ali a vida monástica com grande ajuda para as populações locais. Essa prosperidade foi abruptamente interrompida em 1976 pela guerra civil.

Na Galiza, na província de Orense, existe um antiquíssimo mosteiro cisterciense — Nossa Senhora de Osera — não muito longe daqui e por que não se lhe podia que viesse reocupar o antiquíssimo e histórico Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Bouro, depois de restaurado?

AMARES

NO PRÉ-PARQUE NACIONAL?

Numa recente reunião do Conselho Nacional de Turismo, realizada em Tomar, foi aprovada a criação de uma Região Específica de Aproveitamento Turístico nos concelhos integrados no Parque Nacional da Peneda-Gerês, ou seja, em Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre.

A Comissão Regional de Turismo Verde Minho, no decorrer dessa reunião propôs a inclusão do concelho de Amares na área do Pré-Parque Nacional abrangida por aquela região específica de aproveitamento turístico.

A Verde Minho aproveitou também a oportunidade para defender, uma vez mais, as suas

potencialidades turísticas, nomeadamente as de possuir espaços não poluídos e zonas não superlotadas que possibilitam a oferta de valores naturais de elevada pureza ecológica e de ambiente.

Por outro lado, a CRTVM oferece ainda a existência de fontes e estâncias termiais com grandes possibilidades de aproveitamento não só para o

turismo interno como para o externo.

No âmbito do turismo desportivo a Verde Minho defendeu que é prioritária a construção de clínicas com características polivalentes que visem dar apoio a grupos de turistas organizados ou a desportistas que demandem a região em período de estágio.

(Continua na página 2)

Verde Minho insiste...

Circuitos turísticos para o Gerês

Regressado, há dias, de mais uma deslocação ao estrangeiro, neste caso à Suécia, o presidente da Comissão Regional de Turismo Verde Minho deu conta dos resultados dessa visita, mostrando-se convicto de que a região dispõe de diversos produtos para oferecer ao turista nórdico, designadamente os monumentos, os circuitos a pé e a cavalo, os cursos de água para a pesca e desportos náuticos.

Nessa perspectiva, João Casanova acredita numa viragem do destino dos turistas suecos que nos visitam, os quais passarão a preferir o Norte em detrimento do Sul do país.

Relativamente ao turismo interno, a Verde Minho acaba de elaborar alguns circuitos religiosos e de montanha.

Assim, a partir do próximo mês de Outubro passarão a ser comercializados quatro circuitos

(Continua na página 2)

Em 1988, no distrito

Acção social distribuiu 60 mil contos

Na última reunião do Conselho Regional da Segurança Social de Braga foi divulgado que a maioria dos 5279 agregados familiares atendidos em 1988 pela acção social no distrito, a título de concessão de auxílio monetário, recebeu cerca de 60 mil contos.

Do total desses agregados familiares, 1126 eram situações novas, enquanto os restantes já eram conhecidos daqueles serviços.

Segundo o mesmo comunicado, do conjunto das famílias apoiadas no ano passado 40,2 por cento vivem de proventos exclusivamente provenientes do esquema da Segurança Social, como a pensão social, de velhice, invalidez e subsídios eventuais.

Por outro lado, 37,5 por cento vivem só do seu trabalho e os restantes 22,3 por cento têm receitas desses dois sectores.

(Continua na página 2)

TERRAS DE BOURO

DAS ELEIÇÕES E NÃO SÓ...

A notícia que, em primeira mão, aqui divulgamos sobre a recandidatura do Dr. José António de Araújo à Câmara de Terras de Bouro poderá dizer-se que, praticamente, não colheu de surpresa as pessoas que seguem mais ou menos de perto os meandros políticos terrabourenses.

Eram por demais conhecidas as razões de ordem variada que terão levado o actual responsável pelo município a optar pela recandidatura ao terceiro mandato, o qual, no caso de se vir a concretizar, só lhe trará benefícios em termos pessoais e não só.

A grande incógnita estava — e ainda estará?

— em saber-se qual o partido em que iria encaixar as respectivas listas.

Em face porém, da atitude entretanto assumida de não desejar, agora, voltar as costas ao CDS e sentindo reforçada, por sua vez, a sua condição de regressado vitorioso ao PSD, tal situação poderá ser alvo de um natural

compasso de espera, conhecidas como são as fortes divergências que, neste momento, se verificam entre as cúpulas daqueles dois partidos e que no caso de se manterem por mais tempo, terão inevitáveis repercussões nas estratégias eleitorais.

(Continua na página 2)

BISPOS REFLECTIRAM

SOBRE A FORMAÇÃO DOS LEIGOS

A formação básica e permanente dos leigos foi tema de reflexão na Assembleia Plenária do Episcopado, que ontem terminou em Fátima.

No fim da reunião foi distribuído o seguinte comunicado:

A Conferência Episcopal Portuguesa realizou em Fátima, durante três dias, a sua habitual Assembleia Plenária de Abril, com a participação de todos os membros de pleno direito

e de alguns bispos eméritos.

1 — Durante os primeiros dias, esteve presente também D. Salvatore Asta, Núncio Apostólico, que

informou à Conferência sobre a apresentação ao Santo Padre do seu pedido de renúncia, salientando na declaração o apreço que lhe merece a Igreja em Portugal. O Presidente da Conferência, Cardeal Patriarca D. António Ribeiro, agradeceu, sublinhando os sentimentos de estima e veneração que os Bispos nutrem por

quem é o representante do Santo Padre.

2 — Presentes o Cardeal Arcebispo de Luanda, em representação das dioceses de Angola, o Arcebispo de Nampula, em representação da Igreja de Moçambique, bem como os bispos de Macau, Malaca e Cochim, convidados para as cerimónias

(Continua na página 2)

PELO SANTUÁRIO



HORÁRIO DAS MISSAS

Nos domingos e dias santos de guarda, na hora do Verão, as missas no Santuário são a 1.ª às 11,30 horas, a segunda às 17 horas.

Nos sábados a missa vespertina do princípio de Maio até ao dia 15 de Agosto é às 20,30 horas.

CASAMENTO

No dia 22 de Abril realizaram o seu casamento católico no Santuário, Domingos Gonçalves Dias e Maria Adelaide Pereira Ribeiro: ele natural da freguesia de Chamoim, Terras de Bouro, e nela residente no lugar de Padros; ela natural da freguesia de Covide, Terras de Bouro, e residente na mesma, no lugar de Freitas.

UMA VOCAÇÃO

No passado dia 16 de Abril foi o domingo do Bom Pastor e o dia das vocações.

Vejamos agora uma vocação sacerdotal que houve aqui em Rio Caldo.

"O P. Manuel Pires da Silva nasceu a 26 de Fevereiro de 1911, na freguesia de Rio Caldo, Concelho de Terras de Bouro, Arquidiocese de Braga.



a protecção de Maria, que amava ternamente.

A caridade sem limites, a disponibilidade para todo o trabalho, a boa disposição e a alegria constante, tornavam-no simpático e querido por todos, o que o ajudava a ganhar as almas para Deus.

A ele se podem aplicar as palavras de S. Paulo, dirigidas a Timóteo:

«Suporta os trabalhos como bom soldado de Jesus Cristo. Ninguém que se alistou na milícia, se embaraça com negócios civis, se quer agradar Àquele que o alistou». E aquelas com que o Apóstolo resume a sua vida terrena: «Combati até ao fim o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé. De resto, está-me preparada a coroa da justiça que o Senhor, justo Juiz, me dará naquele dia» (2 Tim 2, 3-4; 4, 7-8)."

Faleceu santamente em Braga a 18 de Fevereiro de 1989, faltando-lhe oito dias para completar 78 anos.

Pôs os seus dotes de escritor, poeta, músico, orador e a riqueza das suas qualidades humanas exclusivamente ao serviço do Reino de Cristo, com

A nossa esperança é que o Padre Pires da Silva já tem essa coroa, senão vai tê-la dentro em breve.

Visite o Santuário de Nossa Senhora da Abadia o Santuário mariano mais antigo de Portugal

Museu de Nossa Senhora da Abadia

Colabore com o Museu de Nossa Senhora da Abadia, oferecendo, emprestando ou indicando para compra:

1— **Bibliografia sobre o Santuário de Nossa Senhora da Abadia e a região de Entre Homem e Cávado** (livros, artigos, jornais e revistas, escrituras, diários de agricultores, partituras de música, registos de santos, programas de festas religiosas e profanas...);

2— **Fotografias** documentando a vida religiosa do Santuário, as peregrinações e romarias, as festas e devoções ligadas à irradiação do Culto de Nossa Senhora da Abadia em Portugal e no Brasil, as individualidades que ao longo dos anos fizeram parte da Confraria da Nossa Senhora da Abadia;

3— **Imagens populares**, em barro, pedra, madeira, metal e outros materiais;

4— **Curiosidades e trabalhos de destreza ou paciência**— calvários em garrafas, relógios-oratórios, caixas decoradas com motivos religiosos...;

5— **Objectos de uso doméstico decorados com símbolos e motivos religiosos**— colheres de madeira, fusos, rocas, pratos, travessas, canecas, alfaia agrícolas, formas para doce, etc.;

6— **Recordações de romarias e peregrinações**— medalhas, alfinetes, broches, espelhos, etc.;

7— **Ex-Votos— tábuas votivas (milagres pintados), fotografias, ex-votos em cera e metal;**

8— **Procissões**— recolha urgente dos melhores exemplares de vestuário de «anjinhos» e figuras, insignas e dísticos religiosos;

9— **Ornamentações de rua das festas e romarias**— recolha dos melhores exemplares;

10— **Imagens de devoção**— os santinhos (papel, pano, etc.);

11— **Documentação etnográfica e antropológica da região.**

«A Voz da Abadia» irá registando nas suas páginas o movimento, que auguramos frutuoso, de objectos e documentos oferecidos, doados ou depositados no Museu do Santuário de Nossa Senhora da Abadia.

OFERTAS

Tem-nos chegado notícias de ofertas de objectos antigos, ligados à lavoura, que ainda não foram entregues, mas sê-lo-ão, dentro de dias.

OBRAS

As obras nas instalações do futuro Museu de Nossa Senhora da Abadia têm demorado mais do que se esperava e por causa da falta de madeira de castanho para o restauro dos soalhos.

Por isso, a inauguração do Museu prevista para o fim de Maio, no dia da peregrinação arceprestal de Amares começa a tornar-se difícil para esse dia.

REUNIÃO - CONVÍVIO

No dia 12 de Agosto próximo, um sábado, haverá uma reunião de irmãos no santuário de Nossa Senhora da Abadia com o objectivo:

- Esclarecer os irmãos acerca dos seus deveres, obrigações e direitos;
- Participação na vida da Confraria:
 - actos de culto do santuário;
 - participação nas festas;
 - dar a sua ajuda para as obras;
 - entusiasmar todos os irmãos pelos objectivos da Confraria como associação cristã;
 - formação dos seus elementos;
 - a prática da caridade como um dos seus objectivos principais.

Torna-te irmão da Confraria de Nossa Senhora da Abadia.

Vê se estás em condições disso.

Beneficia de dezenas de missas que são celebradas durante o ano por irmãos vivos e falecidos.

PAGAMENTO DE ASSINATURAS

Manuel da Anunciação de Sousa, Benfeitor (1988/89) ...	1.500\$00
Ramiro Manuel Domingues (1989/90)	1.200\$00
José Dias de Sousa (1988/89)	1.200\$00
Pensão de Maria Adelaide Ribeiro (1989)	600\$00
Manuel Antunes Soares, Benfeitor (1989)	1.000\$00
João Baptista da Silva, Benfeitor (1989/90)	2.000\$00
João António Ribeiro (1987/88)	1.200\$00
Jaime José da Silva, Benfeitor (1989)	1.000\$00
Bernardo Manuel Domingues, Benfeitor (1987/88)	2.000\$00
José Manuel de O. Arantes	600\$00
Domingos Afonso Martins, Açores	700\$00



Maria Mãe Espiritual
De toda a humanidade,
Em especial menção
Mãe de Cristo Jesus,
D'alma e puro coração!

Maria por excelência
Dos cristãos em graça,
Sendo a Sua Medianeira
Junto de Seu Divino Filho,
A quem é prestada reverência!

Naquela hora derradeira
Não 'squeçais os homens, Mãe!
Sois Senhora a Protectora
Da terra e do Além.
Salve Rainha, Vida Doçura,
Nossa Madrinha, qu'rida ternural!

Maria da Graça L. Cruz

MARIA MÃE DOS HOMENS

Colaboração para "A VOZ DA ABADIA"

Pede-se a todos os colaboradores de "A VOZ DA ABADIA" que enviem pelo correio a sua colaboração para SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA ABADIA, SANTA MARIA DE BOURO, 4720 AMARES ou a entreguem ali pessoalmente até à sexta-feira anterior à saída do jornal.

PAULO FERRO

PELA MESA DA CONFRARIA

No dia 22 deste mês, reuniu a Mesa Administrativa da Confraria de Nossa Senhora da Abadia; esta reunião que se devia ter realizado no dia 8, 2.º sábado do mês.

Deslocou-se à Abadia o sr. cónego doutor Eduardo Melo Peixoto, vigário-geral da arquidiocese, e representante do sr. arcebispo junto da Confraria de Nossa Senhora da Abadia. Tratou-se duma visita de rotina no sentido de acompanhar a vida da Mesa Administrativa.

Assistiu aos trabalhos da Mesa.

Encerrou a sessão louvando o trabalho de restauros efectuados no santuário, chamou a atenção dos membros da Mesa Administrativa para um trabalho individual segundo as responsabilidades de cada um, enalteceu o trabalho e a transparência que se notaram no decorrer duma sessão viva e calorosa a que assistiu; lembrou o trabalho desenvolvido pelo jornal «A VOZ DA ABADIA» e fez votos para que ele, cada vez mais seja, uma voz viva da Abadia a chegar a muitos lados.

A SANTA MISSA DE TODAS AS MANHÃS DE DOMINGO É CELEBRADA PELAS INTENÇÕES DOS NOSSOS BENFEITORES VIVOS E FALECIDOS

DO HOMEM AO CÁVADO...

Vila Verde

NOVA DIRECÇÃO DO PS

A secção concelhia de Vieira do Minho do PS conta com novos dirigentes na sua Comissão Política, que será liderada por Jorge Vilar Fernandes Azevedo e na respectiva Mesa da Assem-

bleia Geral, encabeçada por Joaquim Alberto Teixeira Gomes.

De acordo com um comunicado divulgado por aquela secção, a actual lista constituída por gente jovem, capaz de emprestar uma maior dinâmica ao PS em

Vieira do Minho com vista às próximas eleições para as autarquias.

CENTRO INFORJOVEM

Com o objectivo de sensibilizar e integrar os jovens

nos domínios da informática, o Instituto da Juventude de Braga criou recentemente um centro Inforjovem nesta

vila, o qual irá funcionar na sede do Clube de Ciência e Tecnologia de Vieira do Minho.

Bouro

GNR PRENDEU SUSPEITOS

No dia 11 de Abril, a GNR prendeu nesta vila dois presumíveis assaltantes da Praça de Touros de Albufeira, no Algarve, acto que se registou no passado dia 6 de Março e que lhes «rendeu» cerca de 1.500 contos.

Os dois indivíduos, que terão praticado o assalto a um outro cujo paradeiro é, para já, desconhecido,

aguardam julgamento na prisão.

ESTUFA MUNICIPAL

Na sua reunião de 6 de Abril, a Câmara Municipal deliberou adjudicar à firma Casimiro da Silva a vedação da estufa municipal pela importância de 175.500\$00.

POSSE DE TERRENO

Nessa mesma reunião da Câmara, foi proposto que se

tomasse posse administrativa de um terreno pertencente a António Manuel Araújo, sito no lugar do Paço, na sede do concelho, por já se ter verificado a respectiva vistoria.

"MILIÁRIOS DO CONVENTUS BRACARAUGUSTANUS"

A Câmara Municipal de Terras de Bouro mandou

editar a 3.ª edição desta célebre obra do insigne terrasboureense Padre Martins Capela, natural de Carvalheira.

A presente edição é prefaciada pelo Dr. José V. Capela, onde apresenta algumas notas do maior interesse para se conhecer o autor e as motivações que o levaram a trabalhar durante vários anos na investigação e na elaboração da 1.ª edição desta preciosa obra.

Rio Caldo

GRUPO CULTURAL E DESPORTIVO

Destinados à aquisição de uma aparelhagem sonora, o Grupo Cultural e Desportivo desta freguesia acaba de ser contemplado pela Câmara de Terras de Bouro com um subsídio de 312 contos.

FALECIMENTO

Devido a um lamentável extraviado do qual apresentamos desculpas aos nossos leitores, sobretudo os ausentes, só agora nos é possível noticiar o falecimento do Pe. Manuel Pires da Silva, registado no passado dia 18 de Fevereiro, em Braga.

Nascido em Rio Caldo em 26/2/1911, o saudoso extinto entrou para a Companhia de Jesus aos 18 anos de idade, tendo durante 35 anos exercido a sua acção de missionário, quer na Índia, desde 1938 a 1959, quer em Angola, desde 1961 a 1975.

No norte de Angola, onde além de capelão militar, fundou no Negage o Movimento AFRIS (Auxílio Familiar Religioso e Instrução Social), o Pe. Manuel Pires da Silva desenvolvera uma importante missão de promoção sócio-cultural de inúmeros nativos.

O seu funeral realizou-se no dia 20 de Fevereiro nesta freguesia, tendo as exéquias presidido D. Jorge Ortiga, Bispo Auxiliar de Braga.

Também no dia 20 de Fevereiro, realizou-se em Braga o funeral do Cônego Dr. José

António Martins Gigante, titular do Cabido da Sé Primaz e professor de Direito Canonico no Seminário Conciliar de Brga que, durante vários anos, presidiu à Confraria do Santuário de S. Bento da Porta Aberta, nesta freguesia, na qualidade de representante do Sr. Arcebispo Primaz.

Paz as suas almas.

VENDE-SE

LINDA VIVENDA

Com 2.000 m² de terreno todo vedado. Com Ram., Frut e Anexo, água da Companhia e poço. Excelente negócio.

FEIRA NOVA—AMARES

Trata o proprietário
TELEFONE 25679
(Rede de Braga)

Amares

Câmara pretende

12.º ano na Escola Secundária

Agostinho Domingues, vereador da Câmara Municipal de Amares, deslocou-se ontem, dia 26, a Lisboa, para tratar junto do IPPC e do Ministério da Educação assuntos de interesse concelhio.

O património cultural de Amares, o ciclo de Bouro e a vontade de ter o 12.º ano no período diurno na Secundária do concelho são temas que viajaram na agenda de Agostinho Domingues, soube ontem a Renascença.

A decisão de levar à capital algumas preocupações concelhias foi tomada em reunião camarária.

Na mesma reunião, o executivo municipal de Amares aprovou o circuito de transportes escolares para o próximo ano lectivo e a construção de um prédio de 6 pisos no Largo da Feira Nova.

A Câmara de Amares aprovou também, e por unanimidade, o relatório e contas 88.

Este revela uma despesa total da ordem dos 308 mil contos.

A sectorização do investimento foi a seguinte: transportes e comunicações: 44,6 por cento; desenvolvimento económico: 25%; Educação: 5,2 por cento; habitação: 16,2 por cento e Educação 8,6 por cento.

Vieira do Minho

Acção Sócio-Caritativa em Vieira do Minho

A Equipa Coordenadora da Acção Sócio-Caritativa no Arciprestado de Vieira do Minho propõe-se, durante este ano, educar para a caridade cristã e a acção social.

Propõe-se também desenvolver acções nos sectores da formação humana das crianças, dos jovens, dos deficientes e dos idosos.

Outro dos seus objectivos consiste em consolidar as equipas existentes e criar centros sociais paroquiais, além dos que já existem em Guilhofrei, Ribeira, Vila, Caniçada e Salamonde.

Da Equipa Coordenadora fazem parte Maria Fernanda Vicente Dias Ribeira, Abel Mota Campo, José Maria da Silva Pereira e o Padre José Alves.

Chamoim

Polidesportivo para freguesia de Chamoim

A Câmara Municipal de Terras de Bouro desbloqueou a verba de cem contos destinada à aquisição do terreno onde vai ser construído polidesportivo da freguesia de Chamoim.

Na mesma sessão foram atribuídos subsídios de 90 e de 150 contos, respectivamente, à comissão organizadora do concurso «Esta Terra de Bouro» e ao Grupo Desportivo de Terras de Bouro.

Tabuaças

RETRANSMISSOR DA RTP

O posto retransmissor da RTP situado no lugar das Cerdeirinhas, nesta freguesia, está a ser apetrechado com o 2.º canal televisivo.

Deste modo, espera-se que toda a área por ele co-

berta, concretamente todo o vale do Cávado até às Termas do Gerês venham a beneficiar, dentro em breve, dos 2 programas da RTP, o que não deixará de ser um melhoramento que se saúda, desde já.



SERRALHARIA CIVIL

MARTINS & SOUSA, L.DA

- ★ Caixilharia de alumínio
- ★ Marquises
- ★ Gradeamentos
- ★ Divisórias silos
- ★ Coberturas e qualquer tipo de serviços em ferro



«CORTE E QUINAGEM DE CHAPA»

LUGAR DA AMARELA

FERREIROS • TELEF. 73328 • 4700 BRAGA

EUROCOSTURA-MAQUINAS DE COSTURA INDUSTRIAIS, LDA.

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

COSTURA
Remoldi

CORTE
WOLF

DISTRIBUIDORES AUTORIZADOS
1982-1983

SCHMETZ



Serviços Comerciais e Técnicos — Tel.: 817522
Secção de Peças e Acessórios — Tel.: 815398
R. Constituição, 2296 — 4200 PORTO — Tel.: 817522 — Telex: 27001 EURIMAR P

DO HOMEM AO CÁVADO...

"CHUMBO" AOS BALDIOS JÁ TEM FORÇA DE LEI

O parecer do Tribunal Constitucional sobre a inconstitucionalidade de algumas normas do regime legal dos baldios, a que nos referimos na anterior edição, foi publicado no «Diário da República» do dia 17 do corrente, passando assim a ter força de lei.

Após a apreciação que foi suscitada pelo Presidente da República, o TC concluiu que os artigos que prevêm a integração e administração dos baldios no domínio público das freguesias são inconstitucionais, bem como aqueles que conferem poderes aos órgãos de freguesia de regulamentar e tutelarem a constituição e actividade das comissões de utentes.

A alteração do fim comunitário dos baldios por deliberação da Junta de Freguesia e a sua desafecção e alienação por decisão do Conselho de Ministros, sob prévia deliberação da assembleia de freguesia, foram normas igualmente declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional.

O acórdão abrange ainda as normas que prevêm a submissão dos baldios ao regime florestal, a requerimento das Juntas de Freguesia, em todos os casos sem qualquer consideração pela posição ou manifestação de vontade dos interessados.

INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

A C.E.E. dá uma ajuda financeira aos agricultores das Zonas desfavorecidas para compensar o seu rendimento anual.

São condições de inscrição:

- Ser agricultor a título principal com 1200 horas de trabalho por ano.
- Viver em região desfavorecida.
- Ter a sua exploração em região desfavorecida.
- Não receber nenhuma pensão de reforma ou invalidez.

A ajuda (prémio anual) é conforme os animais e área que tiver.

AS INSCRIÇÕES SERÃO EFECTUADAS NA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE AMARES

Para se inscrever é preciso:

Bilhete de Identidade; Cartão de Contribuinte do próprio e do cônjuge; Cartão de Beneficiário da Segurança Social; Número da Conta Bancária à Ordem; Boletim da Aftosa ou Boletim Sanitário dos Bovinos; Declaração de utilização de Baldio; Área de Vinha ou Ficha de Viticultor; Área da Exploração e Número de animais que tem.

As inscrições terminam no dia 24 de Maio.

INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS
INSCRIÇÕES PARA 1989 — CONCELHO DE AMARES

Lista das Freguesias e dos dias de inscrição para cada freguesia:

17 de Abril — Amares e Besteiros; 18 de Abril — Barreiros; 19 de Abril — Bico; 20 de Abril — Caires; 21 de Abril — Caires e Prozelos; 24 de Abril — Caldelas; 26 de Abril — Vilela; 27 de Abril — Carrazedo; 28 de Abril — Dornelas; 2 de Maio — Ferreiros; 3 de Maio — Sequeiros; 4 de Maio — Figueiredo; 5 de Maio — Fiscal; 8 de Maio — Fiscal e Portela; 9 de Maio — Goães; 10 de Maio — Paredes Secas e Torre; 11 de Maio — Lago e Rendufe; 12 de Maio — Bouro Santa Maria; 15 de Maio — Bouro Santa Marta.

NECESSÁRIO EXISTIR UMA PASTORAL DE CONJUNTO — concluiu Assembleia Arciprestal de Leigos de Amares

Realizou-se no último Domingo, no Salão nobre dos Bombeiros Voluntários, em Ferreiros, Amares, a segunda Assembleia Arciprestal dos Conselhos Pastorais paroquiais, do arciprestado de Amares.

A Assembleia iniciou-se por volta das 15 horas com uma oração e o ensaio do cântico «Ide e ensinai». De seguida, o Padre Zeferino Esteves fez a exposição e comentário do tema proposto para reflexão: «Como realizar a missão da Igreja neste mundo secularizado»? Começou por referir-se à crescente descristianização do mundo actual, em que «a humanidade parece prescindir de Deus».

A partir daí, apresentou a missão evangelizadora da Igreja, como «a sua mais profunda identidade».

Referiu, então a evangelização pela Palavra, pela Liturgia, mas também pela caridade e pelo compromisso com o mundo.

Depois da exposição, as cerca de 100 pessoas presentes, que representavam a quase totalidade das freguesias do arciprestado, distribuíram-se por grupos

para reflectir e aprofundar o tema proposto.

As perguntas para reflexão eram as seguintes:

1— Como organizar o arciprestado, para que funcione como ajuda à evangelização a efectuar através da catequese, liturgia e actividade sócio-caritativa?

2— Qual o contributo dos movimentos de apostolado para que isso aconteça?

3— Qual o contributo das estruturas diocesanas?

Após o trabalho de grupos, efectuou-se o plenário para apresentação das conclusões.

Em resposta à primeira questão, todos os grupos concluíram pela necessidade da existência de uma pasto-

ral de conjunto e formação de secretariados arciprestais de pastoral nos vários campos que pudessem organizar e promover a pastoral nesse domínio: liturgia, catequese, acção sócio-caritativa.

Em relação à segunda pergunta, os grupos manifestaram o desejo de que esse movimento possam sofrer uma grande revitalização, de forma a transformarem-se em células vivas da paróquia. Defendeu-se também que os coordenadores ou animadores desses movimentos deveriam ter encontros periódicos a nível arciprestal.

Na resposta ao terceiro quesito, os grupos defenderam a divulgação nas paró-

quias de literatura e material de apoio aos diversos grupos. Sentiram também a necessidade de realização de Cursos, Encontros, Retiros, etc., como meio de formação de agentes de pastoral.

Depois de apresentadas todas as conclusões, encerrou-se o encontro, por ser o Dia Mundial das Vocações, com a oração do Papa para este dia. O cântico final ressoou como o lema que deveria, a partir daí, nortear a vida e acção de cada um: «Ide, amigos, pelo mundo anunciar o amor, ensinai... a minha nova lei... levai a minha mensagem que eu convosco estarei».

Padre Cândido

Parada de Gatim

GRUPO FOLCLÓRICO VAI AO ESTRANGEIRO

O Grupo Folclórico Lavadeiras de Parada de Gatim, que no próximo dia 14 de Junho contemplará 20 anos de existência, durante

os quais tem sido um fiel intérprete das danças e cantares do Baixo Minho, vai participar, de 17 a 21 de Agosto próximo, num festival internacional de folclore que se realizará em Losser, na Holanda.

Mais tarde, nos princípios de Outubro, o nosso grupo folclórico deslocar-se-á à Alemanha Federal, onde tomará parte nas «Festas das Colheitas», de Lohmar — localidade que está geminada com Vila Verde.

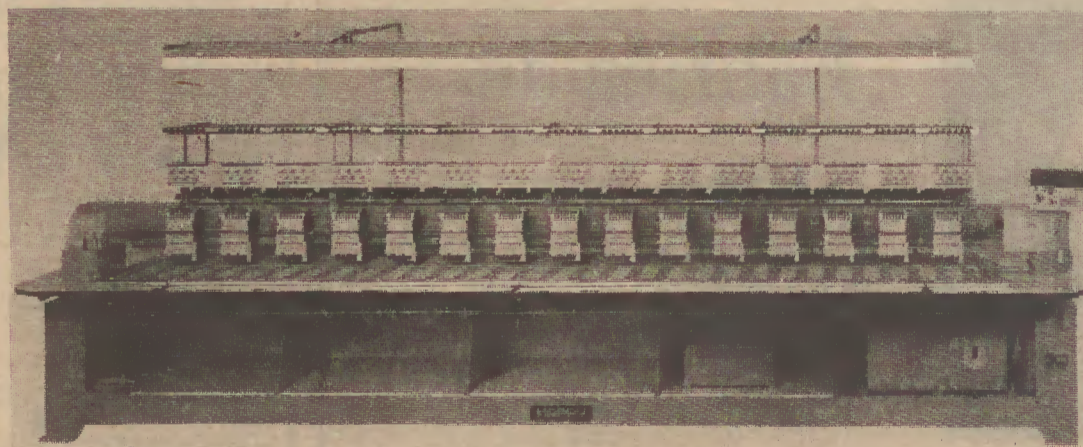
Cosmaport

Importadora de Máquinas de Costura, L.da
Rua Nove de Abril, 634 — 4200 PORTO
Telefone: 822333 • Telefax: 824403 Telex: 23393 PRAMAQ P

REPRESENTANTE EXCLUSIVO

KURIS: Corte e Estendimento
JUKI e REECE: Costura e Automatismos
BM STIRO e COVMAT: Vapor e passado a Ferro
LOTUS PRESS: Termocolagem

NOVO EQUIPAMENTO COMPLEMENTAR BORDADOS



HAPPY

confecções

J U A L

Vestuário para Homem Senhora e Criança

Especialidade em vestidos de Noivas

RUA GIL VICENTE, 69-71

GUIMARÃES

PADARIA UNIVERSAL

de *António José Fernandes*

ESMERADO SERVIÇO DE PÃO
E PRODUTOS AFINS

FABRICO E VENDA DE PÃO ESPECIAL AOS DOMINGOS PARA
TORNAR O SEU ALMOÇO MAIS APETITOSO
O PÃO É O MELHOR E MAIS BARATO DOS ALIMENTOS
PREFIRA O DA **PADARIA UNIVERSAL**

TELEFONE 66125

SANTA MARIA DE LOURO • AMARES

DO HOMEM AO CÁVADO...

S. João do Campo

O MINISTRO DA JUVENTUDE ENTRE NÓS

No passado dia 13 de Abril, esteve na nossa freguesia o Dr. Conto dos Santos, Ministro Adjunto e da Juventude onde visitou o Centro de Férias da Juventude a funcionar nas instalações da antiga pousada da EDP.

O Ministro fazia-se acompanhar de algumas individualidades ligadas ao

Instituto da Juventude (ex-FAOJ) e do Presidente da Câmara de Terras de Bouro que se inteiraram das obras por que aquele Centro de Férias está a passar.

MUSEU DE VILARINHO DA FURNA

Tiveram início, há dias, os trabalhos de instalação do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, localizado nesta freguesia.

Espera-se, por isso, que a sua abertura definitiva ao público se venha a verificar a curto prazo.

JOVEM MORRE TRAGICAMENTE

Causou grande consternação entre nós a trágica morte do jovem Carlos Alberto da Costa Mendes, de 15 anos de idade, que residiu no lugar de Santa Marta,

nesta freguesia, ocorrida no dia 8 de Abril, na zona da Carreira, na estrada que liga Braga a Vila Verde.

O malogrado Carlos Alberto conduzia a motorizada da matrícula AMR-06-28 quando, por razões desconhecidas, foi embater num camião conduzido por Adão Machado, de Braga.

Socorrido ainda com sinais de vida, viria a falecer a caminho do Hospital de S. Marcos, Braga.

Vila Verde

NOVO INSTRUMENTAL PARA A BANDA DE MÚSICA

A Banda de Música de Vila Verde, que constitui um dos grandes cartazes de divulgação da nossa terra, vai dispor brevemente de um novo instrumental, cujo custo está orçado em cerca de 8 mil contos.

Essa verba será fornecida pela Secretaria de Estado da Cultura, que financia oitenta por cento, ficando o restante a cargo da Câmara Municipal de Vila Verde que, entretanto, decidiu ceder o direito de superfície de terrenos à Sociedade de Educação e Recreio desta vila, onde a banda musical está inserida, para construção de um edi-

fício adequado às suas necessidades.

CULTURA GALAICO-PORTUGUESA

No dia 19 de Abril, realizaram-se nesta vila os primeiros colóquios de Cultura e Filosofia Galaico-Portuguesa, organizados pelos professores de filosofia da nossa Escola Secundária com o apoio da Câmara Municipal.

No dia anterior, abriram ao público, na Casa Municipal da Cultura, exposições de pintura e escultura, as quais contaram ainda com a apresentação dos escritores existentes em Vila Verde e respectivas obras.

Bouro

SERÁ AGORA

Segundo informações de fonte segura, na presente semana deslocou-se a Lisboa um vereador da Câmara Municipal de Amares com o intuito de procurar saber o

ponto da situação de dois importantes melhoramentos para esta freguesia.

Na verdade, segundo essa mesma fonte, ficou decidido recentemente numa reunião do executivo de Amares que

se deslocasse à capital ontem, dia 26, o vereador Dr. Agostinho Domingues, nosso conterrâneo, para contactar os Serviços do Instituto Português do Património Cultural e do Ministério da Educação, acerca de assuntos de inte-

resse para o nosso concelho que aguardam resolução do Poder Central, nomeadamente a recuperação do convento de S.^{ma} Maria de Bourò e a criação de uma Escola Preparatória nesta freguesia.

PN e autarquias vão definir regras quanto às construções

(Continuação da página 8)

um curso que foi frequentado por mais de uma centena de candidatos que, mais tarde, foram distribuídos pelas diferentes áreas protegidas do país, cabendo ao PN 13 «guardas da Natureza» e 4 «vigilantes», os quais já aqui estão a trabalhar.

A. M. — E qual é a função deles?

D. P. — Têm uma fun-

ção mais alargada que a dos guardas florestais, exercendo uma missão formativa e de apoio científico às populações.

A. M. — Há alguns desses guardas no Gerês?

D. P. — No Gerês há uns 4 ou 5, estando um deles a tratar do Núcleo de Recuperação de Aves e os outros estão a fazer vigilância e apoio.

A. M. — E as casas dos antigos guardas florestais

quando serão recuperadas?

D. P. — No ano passado, conseguimos dar um jeito a algumas delas, como a da Preguiça, a nível de portas, janelas e telhados, e as da Albergaria, na zona do Gerês. Em Montalegre e Ponte da Barca também procedemos a obras em algumas dessas casas, esperando neste ano dar-lhe continuidade.

A. M. — O posto de vigilância da Pedra Bela, anexo a uma dessas casas devolutas, ainda funciona?

D. P. — Neste momento, só está a funcionar durante o Verão devido à falta de pessoal, embora se trate de um posto que é extremamente importante em termos de comunicações

(CONTINUA)

Parques nacionais reúnem em Braga

Cerca de uma centena de técnicos internacionais vão estar presentes no dia 1 a 4 de Junho, em Braga, na Assembleia Geral da Federação dos Parques Naturais e Nacionais da Europa — informou a organização.

«Guardas e Guias nos Parques Naturais e Nacionais da Europa» é o tema da reunião que é organizada pelo Parque Nacional da Peneda Gerês e que engloba mais de 30 países europeus.

Após a Assembleia Anual os participantes vão ter ainda a oportunidade de visitar o Parque da Peneda Gerês, no dia 2, e no dia seguinte, o Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais preside à apresentação do relatório de actividades.

No dia 4, a Assembleia vai reunir para discutir a criação e melhoramento dos sistemas de guarda-monitores, qualificação, formação inicial e formação permanente de guardas monitores.

No encerramento da Assembleia os participantes vão ainda visitar os Parques Naturais de Montesinho e do Alvão, em Trás-os-Montes.



Fábrica de
fatos
casacos
calças

de alta categoria!



À VENDA NOS BONS ESTABELECIMENTOS

Ponte dos Falcões

Telefone 71 210

Maximipos - 4700 Braga

Telex 32288 Facho

Cardoso da Saudade

- FATOS
- CALÇAS
- CASACOS
- BLUSÕES

ARTIGOS DE ALTA QUALIDADE
A PREÇOS SEM CONCORRÊNCIA

Cardoso da Saudade

LARGO DE SANTA CRUZ — BRAGA

A PROPÓSITO DOS "VENTOS E TEMPESTADES"

Por EURICO PEREIRA

(Continuação)

Comentando especificamente o que escreveu e no que respeita ao 2.º parágrafo, não sei a que «guerra» se refere. Se ela é com a minha pessoa, então é ingloria, pois luto e luta sempre só, não tendo inimigo para combater. Já no que toca a «quezílias», o mesmo não poderei dizer. É que o sr. presidente e seus apaniguados, em tempos, se pautaram por esse tipo de comportamento, chegando até à calúnia e insultos. Especifiquemos. Lembra-se, por exemplo, do seu célebre comunicado (que guardo como triste recordação) onde, utilizando palavreado que o define bem, não põe os pontos nos «IS», antes atirando para o ar uma série de patranhas? Lembra-se, também, dos insultos e calúnias que proferiu aos altifalantes (por mais que uma vez) quando procedia à apresentação pública de espectáculos da sua Associação? Por certo que recorda, como também se deve recordar de se ter sentado no banco dos réus, precisamente por acusação criminal do terceiro vizinho (como refere) dessa Associação, o tal que «dispensa comentários». E, como sabe, só não chegou ao fim, por ter sido perdoado, segundo julgo. Se tiver dúvidas, peça fotocópia do despacho do M.º Juiz de Amares, ao referido seu vizinho, que «mora cerca de 200 metros».

Quanto ao que refere no 4.º parágrafo, acho que a «crítica» até não foi tão «destrutiva, despropositada, desonesta e falsa», pois só são apontados factos e não críticas pessoais. Agora, o que parece, para já, é que produziu frutos, pois que, se nos tempos imediatos à sua publicação, a algazarra continuasse (a título de gozo) parece que, por agora, acabou. Que assim continue.

Referenciando o 5.º parágrafo e quanto ao «afastamento dos jovens e seus pais, de mim», não estou muito preocupado com isso e só pode acontecer às 3 ou 4 casas que referi

(a não ser mais uma ou outra); mas devo dizer-lhe que não pretendo candidatar-me a qualquer lugar público, nem fazer qualquer tipo de campanha pessoal, seja para o que for. Agora, o que não queria é imputar-me que «pretendi criar deles imagem ridícula» (que não tenho) e parece-me que factos nada têm a ver com imagens e eu só me limitei a transcrevê-los.

Quanto ao 6.º parágrafo, eu não disse que os jovens não sabiam ocupar o lugar como filhos; o que eu disse e afirmo é que faziam (rectifico agora, alguns deles) barulho e algazarra quando regressavam a casa a altas horas da noite. Quanto ao resto é o senhor quem o afirma.

Em relação ao 7.º parágrafo, não sei, nem atinjo o que quer dizer; se puder explicitar (mesmo pessoalmente) levarei isso na devida conta.

Quanto ao 9.º parágrafo (parece-me que o sr. não sabe sintaxe) eu disse que «moradores (não os moradores, como refere) do lugar de Paradelá» não podiam des-cansar, devido à algazarra feita, pois quem a faz mora no meio do lugar. Logo, os que moram acima, não podiam ser atingidos. O que eu não disse foi de onde as motorizadas vinham. No entanto, o senhor doe-se, talvez porque lhe tivesse tocado na ferida. Aliás, como sabe da minha casa avisto perfeitamente a Associação. Quanto ao queixar-se de mim?... Enfim, pode ser que incomode alguém. Parece-me que aqui, é que temos o problema do argueiro. Quem tem cometido transgressões, algumas das quais até poderão raiar a área criminal? Bom, mas penso que isto deve ser assunto para procedimento oficial. É que o senhor quer «um deus» para si e o diabo para os outros, pelo menos é o que tem feito. É certo que não presenciei todos os factos, mas acredito nas pessoas que m'os transmitiram. No entanto, por acaso, até pude verificar alguns. A

título de exemplo, posso citar-lhe que possui em meu poder prova material (uma cápsula percutida de arma de fogo) e que o sr. sabe a quem pertence, pois também presenciou como eu. Por outro lado, ninguém me encarregou de algum inquérito.

Quanto ao furto (e não roubo como deveria saber, dada a sua profissão «consulte os art.ºs 297.º e 306.º do Código Penal) de que foi vítima a Associação, se acha que tenho elementos quanto ao seu ou seus autores deve comunicá-lo ao Em.mo sr. Delegado do P.R. junto do Tribunal de Amares ou à autoridade encarregada da investigação. O que não lhe admito é que diga ou ponha em dúvida que isso me compromete, pois acerca disso tenho dado provas profissionais. Enfim, é a sua linguagem que vem ao de cima. Só me admira é que pessoas com entendimento lhe aparem o jogo. Agora, quanto ao faro, o que não tenho é o seu, que o levou a pôr em causa (sem se certificar previamente da possível culpa) a honrabilidade de pessoas, da forma como procedeu, podendo assim infringir a Constituição da República Portuguesa.

Quanto aos informadores, talvez queira saber o seu nome, mas não lho direi, nem a isso sou obrigado. No entanto, se quiser saber mais dirija-se ao posto da G.N.R. local, onde uma madrugada (não há muito) depois de uma das tais bebedeiras com agressão à mistura na Associação e estando o sr. presente, alguém se dirigiu àquele posto, incomodando quem estava de serviço.

De resto e em relação ao que dizem os estatutos, não precisa lembrarmo, pois já fui presidente da Assembleia Geral. Só que estatutos por si, não chegam e o facto de, esporadicamente, ter feito recreio e desporto (o que eu louvo, como já louvei) não quer dizer que isso vá de vento em popa. Agora, que o sr. movimente juventude e adultos através da música, não estou a ver qual! só se for a sua, mas pelas provas que tem dado, só se for como a do galo. Aliás, quanto à confraternização de pessoas, ela só acontece quando há «frangalhada», como sei e ouço dizer. E eu sou contra

isso, como bem deve saber e lho disse quando comemorou um aniversário da Associação e me veio convidar para o almoço (quando já nem sequer era sócio), invocando que tinha convidado o sr. Presidente da Câmara, sr. Governador Civil e outras entidades, para que depois lhe dessem verbas e eu lhe disse que não, porque sou contra almoçaradas à custa de outrém.

É certo que nada tenho a ver com apoios a essa Associação, nem disse que tinha. O certo é que se não fossem eles, o BAR (quase só a alma da Associação) teria desaparecido. Já agora, porque não aceitou a proposta de transferência da sede, com o correspondente BAR para a Casa da Cultura? (se é assim que se chama)? Será porque lhe fica longe dos frequentadores do mesmo BAR? Mas o que também não tenho é de lhe prestar contas, mas tão só às pessoas (incluindo crianças) que intitula de «grupos» (e que o é de facto), o que já fiz. Agora, quanto ao modo como o dinheiro deve ser gasto só a essas pessoas diz respeito.

(...) Acho que é tempo de terminar e até, talvez, já tenha escrito de mais, mas não pude ser mais breve. De resto e mais uma vez, só evoquei factos. Mesmo assim, não queria deixar de referir-me ao último parágrafo. Quanto ao «ocupar o lugar de correspondente que não devo», não é a si que lhe compete decidir. Por isso, enquanto cá me quiserem, sê-lo-ei. Porém, se está à espera do lugar e for de interesse para o Jornal, porei à função ao dispor e se sair, saio como entrei, de mãos limpas e de consciência tranquila. Só poderei ganhar em tempo e, por vezes, algumas despesas. No entanto, não dou esse tempo por mal empregue. Quanto à realidade e interesse da freguesia, não costume vangloriar-me do que faço e as obras falam feitas em favor da comunidade (sobretudo paroquial) por si. Deixo o juízo ao critério das pessoas.

Quero terminar agradecendo às pessoas, sobretudo de fora da terra, que me contactaram a verberarem o teor caluniatório da carta do senhor presidente da Associação e a solidarizarem-se comigo. Bem hajam.

Valdosende, 7 de Abril de 1989

O correspondente,
Eurico

CARTA AO DIRECTOR

DE TERRAS DE BOURO PARA A ABADIA

Sr. Paulo Ferro, leio habitualmente A Voz da Abadia e gostava de cá ver tratados alguns problemas dos concelhos que ele cobre. Parece que é muito grande a extensão coberta em termos jornalísticos pelo nosso jornal, mas não é bem assim. Há muitos montes, por acaso cheios de beleza, mas os aglomerados populacionais não são muitos.

Queria chamar a atenção de quem de direito e obrigação para um caso que me aconteceu agora no decorrer das últimas férias da Páscoa. Estava em Terras de Bouro, Covas de Moimenta, e quis ir dali directo para o santuário de Nossa Senhora da Abadia.

Há uma indicação de uma dúzia de quilómetros de distância, a subir em direcção a Santa Isabel do Monte. Disseram-me que agora até há uma estrada nova por lá e que se vai rápido e directo à Abadia. Já não era cedo e convinha-me esse caminho directo. Meti-me nele a subir e lá fui. Disseram-me que havia uns cruzamentos e que estava tudo sinalizado: era só seguir. E segui.

Só que os cruzamentos foram surgindo e eu não encontrava placa indicativa nem pessoa que me pudesse indicar por qual estrada devia meter. Meti sempre à esquerda; por três vezes. E andei... nunca vi placa alguma... confiante na esquerda fui andando. Cheguei a uma altura em que já descia com um longo vale na minha frente, em forma de boca que vai engolir tudo. E andei, andei e voltei a encontrar uma estrada que me parecia a que vinha de S. Bento da Porta Aberta para Covas—Terras de Bouro. Não acreditava que tivesse tão pouca sorte. Tantos quilómetros por estrada de montanha sem placa sinalizadora e sem encontrar pessoa para pedir informação.

Mas era verdade. Sempre a virar à esquerda e voltei ao ponto de partida. E não fui capaz de chegar à Senhora da Abadia por falta de sinalização.

Contei isto e disseram-me «isso é impossível. O sr. é que não sabe o caminho». Sim de facto não sabia o caminho e também não fiquei a saber por falta de sinais na estrada. Mas continuo a desconfiar de que possa haver pessoas inteligentes sem sinais na estrada e que acertem no caminho.

Lisboa, 14 de Abril de 1989

António Lobo da Silva

INFLAÇÃO SUBIU EM MARÇO PARA 10,6 POR CENTO

A taxa de inflação subiu em Março último para 10,6 por cento, face aos 10,3 por cento em Fevereiro e 10 por cento em Janeiro, de acordo com dados ontem revelados em Lisboa pelo INE.

Nos três primeiros meses de 1989 face a idêntico período de 1988 o acréscimo registado pelo IPC—total, sem habitação, situou-se em 12,2 por cento.

De acordo com o INE, em termos de perfil infra-anual, a evolução constante quer relativamente ao 4.º trimestre—acréscimo de 11,4 por cento—quer relativamente ao trimestre homólogo, confirma o movimento de aceleração dos preços nos últimos meses.

Por classes de despesa, «vestuário e calçado», «ensino, cultural e distração», e «tabaco e despesas do fumador», apresentaram um abrandamento do ritmo de crescimento dos preços tanto em termos dos últimos 12 meses como do trimestre homólogo de 1988.

Em contrapartida, e no que se refere aos restantes grupos de produtos que compõem o IPC, excluindo «conforto de ha-

bitação», onde foi assinada uma divergência, um ligeiro agravamento.

Neste contexto, a classe «alimentação e bebidas», pelo peso que detém na estrutura do consumo, tem vindo a constituir a principal fonte de explicação pelo andamento mais desfavorável do IPC.

A nível mensal, o IPC registou, no mês de Março, um acréscimo de 0,9 por cento face ao observado no mês anterior.

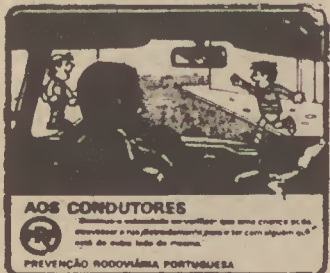
Esta variação deveu-se fundamentalmente, de acordo com o INE, ao aumento sensível dos preços da classe «alimentação e bebidas» (—1,5 por cento).

LOKA'S

ÉCO DO PASSADO
E DO PRESENTE

Av. dos Banhos, 860 r/c
4490 PÓVOA DE VARZIM

ARTESANATO • ANTIGUIDADES • VELHARIAS



**Pensão
UNIVERSAL**

ABERTA TODO O ANO

**Restaurante
EM
TERMAS
DE CALDELAS**

Telefones 36236/36286
4720 AMARES

Director anuncia:

PN e autarquias vão definir regras quanto às construções

Conforme se anuncia noutro local desta edição, a Comissão Regional de Turismo «Verde Minho» parece querer apostar fortemente nas imensas potencialidades e nos atractivos do Parque Nacional da Peneda-Gerês, preconizando agora que a sua área, em termos de Pré-Parque, seja alargada até ao concelho de Amares.

Por outro lado, e talvez a justificar esta sua atitude, ninguém desconhece o diferendo e as «trocas de galhardetes» que se registaram entre a Câmara de Terras de Bouro e aquela região de turismo quando, através de uma decisão do executivo terrabourense ratificada pela respectiva Assembleia Municipal, se consumou a já muito esperada desvinculação do Gerês e seu concelho da Verde Minho e se optou pela adesão à Comissão de Turismo do Alto Minho, a aguardar a necessária aprovação pelo Secretário de Estado da tutela.

Sendo Terras de Bouro, na altura em que esta entrevista se efectuou, o único concelho que, simultaneamente, estava enquadrado na área do PNPG e na Verde Minho e fazendo parte o PNPG da direcção dessa região turística, impunha-se ouvir o eng.º José Luís Gonçalves sobre as consequências possíveis que nesse sector se poderiam registar face à retirada daquele concelho da CRT Verde Turismo.

Por outras palavras: a saída do concelho de Terras de Bouro da Verde Minho não implicaria que, por arrastamento, o PNPG deixasse de fazer parte da direcção dessa região de turismo?

Calmamente, o director do PNPG dir-nos-ia:

D.P. — Eu penso que não. Como sabe, o Parque é um território defi-

nido por uma linha geográfica mas, nos aspectos do turismo, a sua influência é, digamos, extra-limites. Daí, portanto, que alguns concelhos adjacentes, como por exemplo Vieira do Minho e Amares, sofram a influência da existência do PN.

Penso, pois, que a participação do PN na direcção da Verde Minho, tal como na do Alto Minho, é positiva pois, dessa forma, poder-se-ão articular melhor as ideias dessas regiões turísticas com a filosofia de turismo que deve haver na área do PNPG, e isto independentemente de a Câmara Municipal de Terras de Bouro se ter desvinculado da primeira daquelas regiões.

A.M. — Uma vez que se falou na área geográfica abrangida pelo PN, gostaria que nos clarificasse a situação decorrente do estipulado no Decreto-Lei n.º 403/85, de 14 de Outubro, que no seu artigo 5.º preconizava o desmembramento da área correspondente ao núcleo 3 do PNPG, equivalente a 16 mil hectares de terrenos que voltariam à posse dos Serviços Florestais. Esse desmembramento já se processou ou deu-se qualquer reviravolta na citada legislação?

D.P. — Esse decreto-lei enfermava de um mal-entendido que, se fosse avante, retiraria ao PN aquilo que é propriamente parque. Isto é: tal decreto retirava-nos toda a área que vai desde Pitões das Júnias, incluindo grande parte da serra do Gerês a confinar com a Portela do Homem e a serra Amarela, o que corresponderia a toda a área do parque que é considerada reserva natural — o que seria um contrassenso.

Felizmente que tal erro foi reconhecido e alguns meses mais tarde, supo-

Entrevista de AGOSTINHO DE MOURA

nho que em Junho de 1986, sairia um novo decreto-lei em que toda a situação foi recomposta e corrigida.

A.M. — Ainda que anteriormente já tenhamos abordado esse assunto, continuamos a manter algumas dúvidas quanto à acção do PN no que respeita aos abusos que se verificam no património construído. Será que, ao contrário do que já sucedeu, o PN irá continuar a assistir, impávido e sereno, à construção dos mamarrachos que se verifica um pouco por todo o lado na área protegida?

D.P. — Como sabe, o PN não tem capacidade legal, neste momento, para intervir directamente nesse sector. Porém, através de um acordo estabelecido com as autarquias decidiu-se que passem por aqui os projectos de construção, os quais, depois de por nós apreciados, são licenciados pelas autarquias.

Por isso, quem tem capacidade de fiscaliza-

ção, em primeiro lugar, são as autarquias. Nós temos-nos limitado a alertar para situações menos claras.

Para além das medidas que já anunciei para este sector, devo dizer também que está prevista a elaboração, juntamente com as autarquias, de planos de expansão das aldeias para evitar a dispersão de casas por todo o lado que, além de tornarem a paisagem incaracterística, acaba por ter custos tremendos quando se pensa em distribuição de água, saneamento, energia eléctrica, etc.

Há que articular muito bem tudo isso por forma a se minimizarem os custos e, se possível, naquelas aldeias que forem consideradas prioritárias de intervenção, estabelecer alguns subsídios compensatórios do acréscimo dos encargos que isso possa trazer para a manutenção dos valores arquitectónicos.

Para tanto, pensamos estabelecer, no corrente



LEONTE — uma das zonas mais características do PN

ano, regras muito concretas com as autarquias de maneira a que se evite toda esta descaracterização que está a acontecer não só em relação aos materiais, como também com as formas, pois a volumetria das construções e os modelos arquitectónicos que estão a ser utilizados são verdadeiramente chocantes na maior parte dos casos.

A.M. — Uma das causas que levaram à ruína grande parte das casas dos guardas florestais foi a de elas, entretanto, terem ficado desocupadas. Que razões terão havido, a nível superior, para a não substituição sistemática desses agentes, à medida em que se foram reformando?

D.P. — Esse é um problema de âmbito nacional

que se prende muito com a limitação de admissões na função pública, baseada num decreto de 1977, segundo o qual não foi possível substituir esses agentes.

A.M. — Mas isso não acontece relativamente a corporações como a GNR, a PSP ou a Guarda Fiscal...

D.P. — Sim, é verdade. Mas aqui houve uma contingentação que, efectivamente, não foi possível ultrapassar.

Para suprir essa lacuna porém, o Ministério do Plano e Ordenamento do Território criou um tipo especial de guardas, denominados «guardas da Natureza» e «guardas vigilantes» tendo sido organizado, no ano transacto, e pela primeira vez

A LÍNGUA E A ORTOGRAFIA

Está pronto o anteprojecto do novo Acordo ortográfico preparado, em Portugal, por uma comissão constituída por especialistas e mestres da Língua. O texto já foi encaminhado à Academia Brasileira de Letras e parece que desta vez não teremos deflagrada outra guerra dos acentos — entre filólogos, escritores e gramáticos, como aconteceu em 1986.

A proposta que vai ser agora estudada em todos os países interessados, antes de ser submetida à aprovação dos Governos, é, sem sombra de dúvida, mais moderada do que a anterior e preferiu, em muitos casos, reconhecer os usos e flexibilizar as regras, mais do que optar por uma solução uniforme, passível de protestos e de casmurrices intelectuais.

Esta preocupação é visível, por exemplo, quando o Acordo trata das sequências de consoantes mudas. Ora essa sequências foram conservadas como o e e o p nas palavras compacto, convicção, adepto, apto, núcias, ora foram suprimidas, como em acção, afectivo, ato, adotar e

ótimo. O mesmo acontece na acentuação gráfica em que se admitem acentos agudos ou circunflexos para o mesmo vocábulo: bebê ou bebé; guichê ou guiché; purê ou puré.

O importante, no entanto, é que o Acordo fixe uma ortografia única, senão para todas as palavras pelo menos para uma percentagem expressiva e acabe com a tendência, que se agrava cada vez mais, de seguirmos no Brasil uma ortografia que já não é a de 1943, mas uma mistura anárquica, onde predomina a oralidade sobre a etimologia dos vocábulos, enquanto em Portugal uma corrente conservadora se agarra aos padrões de 1945. Na medida em que se chegue a modelos consensuais — o idioma não tem donos, mas tem usuários — estaremos, por um lado, a resguardar a sua estrutura e a cuidar da sua beleza, e, por outro lado, a facilitar o uso do Português nos organismos internacionais, bem como a vida dos povos africanos de expressão comum, que, por enquanto, estão a receber livros escritos se-

gundo padrões diversos: os editados no Brasil, de uma forma, os publicados em Portugal, de outra.

O anteprojecto do novo Acordo tem 21 Bases: começa pelo alfabeto, que reintroduz as letras K, W e Y e termina pela ressalva de conferir a cada indivíduo o direito de manter a escrita que, por registo legal ou por costume, adotou na assinatura do seu nome. Em síntese, o documento procura disciplinar o uso do h no início e no fim das palavras; a homofonia e as sequências de algumas consoantes; o emprego das vogais átonas e a representação das nasais; a constituição dos ditongos; os acentos; a supressão do trema; o emprego do hífen e no apóstrofo; o uso das letras maiúsculas e a divisão silábica.

As modificações sugeridas — e que atingem tanto as normas de 1943 como as de 1945 — não são, a nosso ver, de causar grandes estremeamentos, nem de desencadear incómodas querelas entre os entendidos da Língua. Muito menos vão agredir a sensibilidade do

usuário comum, ou de criar problemas nos foros «nacionalistas»: afinal de contas nem o idioma é só de Portugal, por ser a matriz e a origem, nem é só do Brasil, por sermos 140 milhões deste lado do Atlântico a utilizá-lo. A Língua pertence, em condomínio, a portugueses e brasileiros, a angolanos e a moçambicanos, a guineenses e a cabo-verdeanos, a são-tomenses e às comunidades lusíadas espalhadas pelo mundo.

Por isso, esperamos que a partir deste trabalho se dê um passo decisivo na direcção da unidade ortográfica e se ponha fim às divergências que duram, pelo menos, desde 1911, quando foi apresentada uma proposta por altas figuras da filologia portuguesa — Carolina Michaelis Vasconcelos, Cândido de Figueiredo, Borges Graíña e outros, proposta que a Academia Brasileira aceitou no início, mas que depois, em 1919, achou por bem rejeitar. Desde então já se ouve falar, aquém e além-atlântico, em desacordo ortográfico...

A. Gomes da Costa

PONTO(S) DE VISTA

Tal como noutra local desta edição se refere, a Comissão Regional de Turismo Verde Minho acaba de propor, superiormente, a inclusão do concelho de Amares na área do Pré-Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Esta atitude faz-nos recordar, uma vez mais, a manifesta incapacidade que aquela região de turismo tem vindo a demonstrar na sua actuação.

Nanja que, com isto, estejamos a esgrimir contra a entrada de Amares para o Pré-Parque. Nada disso.

Apenas e só nos apetece perguntar o seguinte: para quê?

Para constar, tão somente, nos desdobráveis turísticos?

O que é que a Verde Minho fez, por exemplo, em termos de apoio ao desenvolvimento turístico nas áreas da sua competência, nomeadamente no Gerês e seu concelho que, desde o início, pertencem ao PN?

Por isso, ou nos enganamos muito ou estaremos na presença de mais uma atitude de fachada em que aquela região de turismo tem sido excepcionalmente fértil!

A. M.